

# A DIFUSÃO DIGITAL NOS MUSEUS IBRAM: A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TAINACAN

Amanda de Almeida Oliveira<sup>1</sup>  
Alexandre César Avelino Feitosa<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo trata da implantação do Projeto Tainacan nos museus do Ibram, analisando o panorama atual da digitalização nos museus brasileiros e como o processo de difusão repercutiu nas instituições, sobretudo no processo de documentação museológica. Discute ainda como as políticas públicas no campo museal possibilitaram grandes avanços em temas que tratam da documentação com o uso de ferramentas sistêmicas para a catalogação e a difusão dos acervos musealizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Museu. Acervo digital. Documentação. Tainacan. Ibram.

## ***DIGITAL DIFFUSION IN IBRAM MUSEUMS: THE IMPLEMENTATION OF THE TAINACAN PROJECT***

**ABSTRACT:** *This article deals with the implantation of the Tainacan Project in Ibram museums, analyzing the current digitalization panorama in Brazilian museums and how the diffusion process had repercussions in the institutions, especially in the process of museological documentation. It also discusses how public policies in the field of museums have enabled great advances in themes that deal with documentation with the use of systemic tools for cataloging and disseminating museum collections.*

**KEYWORDS:** *Museum. Digital collection. Documentation. Tainacan. Ibram.*

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Museus. Mestre e bacharel em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Brasília/DF. (71) 99173-9659. E-mail: a.almeidaoliveira@gmail.com

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Museus. Arquiteto e psicólogo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Brasília/DF. (61) 98306-9171. E-mail:feitosajp@gmail.com

## **A DIFUSÃO DIGITAL NOS MUSEUS IBRAM: A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TAINACAN**

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), desde a sua criação, busca construir soluções para a padronização de uma base de dados que permita o registro e a integração das informações dos acervos dos museus do país. Em 2016, o Instituto iniciou uma nova fase nas ações que envolviam a sistematização das informações sobre os acervos, o que gerou uma mudança de paradigma nas práticas de documentação e comunicação dos acervos dos museus do Ibram.

Essa mudança foi impulsionada pelo fortalecimento das iniciativas voltadas para a digitalização de acervos culturais que convergiram com as ações e projetos para gestão e difusão dos bens culturais musealizados que estavam sendo desenvolvidos pelo Ibram. Contudo, a necessidade de atender a essas questões antecede a criação do Instituto Brasileiro de Museus, visto que essa pauta já estava presente na Política Nacional de Museus.

A Política Nacional de Museus, lançada em 2003, apresenta em uma de suas diretrizes a premissa de democratização do acesso aos bens culturais, estabelecendo princípios orientadores em eixos programáticos, dentre os quais a Informatização de Museus. Com a instituição do novo marco regulatório e norteador para o campo museal, o Estatuto de Museus, lei 11.904/2009, torna-se obrigatório que os museus mantenham a documentação dos seus acervos atualizados e compatíveis com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados.

Desse modo, consta na Lei 11.906/2009 de criação do Instituto Brasileiro de Museus, em seu art. 4º, inciso VIII, que compete ao Ibram: “promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas”. Em relação à difusão, destaca-se no inciso VI do artigo 3º: “contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros”.

Isso posto, é competência do Ibram auxiliar o campo museal, instrumentalizando-o com ferramentas sistêmicas capazes de aperfeiçoar a catalogação e a difusão do patrimônio cultural musealizado. Para cumprir com os desafios estabelecidos nesses instrumentos legais, em 2011, o Instituto, por meio da Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM), iniciou uma série de estudos e análises de manuais, normas e padrões e de sistemas informatizados nacionais e internacionais para gestão e catalogação do patrimônio museológico, tais como:

- CDWA (Categories for the Description of Work of Art), do Getty Information Institute.
- CCO (Catalogando Objetos Culturais), da Visual Resources Association.

- Diretrizes Internacionais de Informação sobre os objetos de museus: Categorias de Informação, do CIDOC/ICOM.
- CRM (Modelo de Referência Conceitual) (ISO 21127), do CIDOC/ICOM.
- LIDO (Informações Leves para Descrever Objetos), do CIDOC/ICOM.
- Spectrum, do Collections Trust.
- Manual de Normas: Documentando Acervos Africanos, do AFRICOM/ICOM.
- Manual do Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA), autoria de Helena Dodd Ferrez e Maria Elisabete Santos Peixoto.

Sistemas analisados à época:

- Donato – Sistema desenvolvido pelo Museu Nacional de Belas Artes. Desenvolvido a partir do projeto SIMBA. (Figura 1)
- Matriz – Ferramenta para Gestão de Acervos de acervos museológicos (incluindo Biblioteca e Arquivos), utilizado pelos museus da Direção-Geral do Patrimônio Cultural de Portugal. (Figura 2)
- BDR (Banco de Dados da República) – Sistema de catalogação para acervos museológicos, bibliográfico e arquivístico do Museu da República. (Figura 3)
- SCAM (Sistema de Controle do Acervo Museológico) – sistema para catalogação do acervo museológico do Museu da Inconfidência. (Figura 4)

**Figura 1** - Sistema Donato



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes / Ibram

Figura 2 - Sistema Matriz



Fonte: Direção-Geral do Patrimônio / Portugal

Figura 3 - Sistema BDR



Fonte: Museu da República / Ibram

**Figura 4 - Sistema SCAM**



Fonte: Museu da República / Ibram

Esses estudos contribuíram para a criação do Programa Acervo em Rede, em 2013, instituído com o objetivo de ampliar o acesso da sociedade aos bens culturais que estão preservados pelos museus e por grupos sociais. As primeiras ações do Programa foram direcionadas à construção do protótipo de um sistema para gestão de acervo museológico, o Acervo. Na sua concepção, foram adotados os padrões LIDO, o Spectrum, além da norma do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados. Contudo, os esforços empreendidos da equipe técnica não foram suficientes para a consolidação do protótipo como um sistema, devido às questões que envolviam contratação para desenvolvimento, manutenção e suporte.

Outro fator importante para o fortalecimento das políticas voltadas para a documentação e difusão de acervos foi a normatização do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), instrumento da Política Nacional de Museus, previsto no Estatuto de Museus e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013.

Para a implantação do Inventário Nacional, foram elaboradas duas resoluções normativas:

- **Resolução Normativa nº 1/2014:** normatiza e define o INBCM como um instrumento de inserção periódica de dados sobre os bens culturais musealizados que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acautelamento e preservação, sem prejuízo de outras formas de proteção existentes.
- **Resolução Normativa nº 2/2014:** define os bens culturais que devem ser declarados no INBCM e estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico.

Para a elaboração das Resoluções foi utilizado o padrão Dublin Core como núcleo de metadados para a descrição dos bens culturais das áreas de Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia. Como referência, foram utilizadas outras normativas específicas de cada área: na Arquivologia, ISAD, ISAAR, Nobrade e CODEARQ; na Biblioteconomia, o AACR2 e o Marc 21; e para a descrição de objetos museológicos foi estudado o padrão Object ID, o CDWA e alguns modelos de fichas de identificação de objeto museológico que são usualmente aplicados nos museus brasileiros.

Seguem abaixo os 15 metadados dos bens culturais de caráter museológico definidos para o INBCM:

1. Número de Registro
2. Outros Números
3. Situação
4. Denominação
5. Título
6. Autor
7. Classificação
8. Resumo Descritivo
9. Dimensões
10. Material/técnica
11. Estado de conservação
12. Local de produção
13. Data de produção
14. Condições de reprodução
15. Mídias relacionadas

Para além de ser um instrumento para proteção e difusão dos bens culturais musealizados, o INBCM supre a carência de um padrão nacional para a descrição de informação sobre o objeto museológico, em nível de inventário. São muitos os benefícios na adoção de um padrão para a documentação museológica dentre os quais a possibilidade dos museus “falarem uma mesma língua”, realizarem intercâmbio de informações, além de permitir a busca integrada dos dados.

### **Panorama atual dos museus**

A era digital impôs às instituições museais, em âmbito mundial, grandes desafios na disseminação dos bens culturais e, conseqüentemente, gerando novas possibilidades de comunicação.

Sayão (2016) analisa a era digital sendo também a “era da digitalização” para as instituições culturais, trata de um fenômeno que ocorre para além da iconografia e documentos, mas inclui os tridimensionais, as artes performáticas, monumentos e paisagens e ainda a cultura imaterial no registro da memória oral com o uso dos recursos audiovisuais.

Essa realidade repercutiu na prática dos museus devido à necessidade de adotar novas ferramentas digitais para a difusão de acervos, ampliando o acesso do público às coleções, antes restritas às publicações impressas e às visitas presenciais.

Foi possível, com a evolução do uso da internet, a representação em meio digital dos museus presenciais, permitindo ao usuário plataformas interativas de acesso aos acervos digitalizados e aos chamados *tour virtuais* nos museus. Do mesmo modo, o ambiente digital possibilitou a criação dos chamados ciber museus que, diferentemente dos museus digitais, constitui-se somente no ciberespaço.

O Museu Digital está, aqui, ligado diretamente a web, de um lado significando uma interface com os museus presenciais, por outro, criando o próprio ciber museu, aquele que não possui uma interface presencial, num sentido metafórico, ou seja, designando os seus acervos para uma ordem digital e criando uma qualidade que tem o objetivo de manter a relação de semelhança com as origens daquilo que se conhece como *museu*. (OLIVEIRA, 2012).

Essas experiências proporcionam sensações distintas em comparação às visitas presenciais, já que as tecnologias em ambiente digital permitem mais interatividade na relação público e objeto, eliminando ainda barreiras espaciais e temporais. Por outro lado, o acesso ampliado à informação pode despertar a curiosidade e estimular o público a conhecer esses objetos presencialmente, visto que o digital e o presencial são experiências distintas e complementares.

As instituições de patrimônio cultural, que abrangem museus, arquivos e bibliotecas, têm identificado a importância da digitalização dos seus acervos e nesse contexto são criados repositórios digitais com a finalidade de ser um espaço de memória. E essa nova realidade das instituições se direciona para a oferta de serviços *on-line*, atendendo às necessidades dos diferentes segmentos sociais (SAYÃO, 2016). O avanço do mundo digital, entretanto, não permitiu mudanças expressivas na maior parte dos museus, como pode ser comprovado em pesquisas realizadas no Brasil.

A pesquisa da TIC Cultura 2018, Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros, mostra que a digitalização está presente em 61% dos museus brasileiros. Contudo, esse percentual não corresponde necessariamente à disponibilização para o público, compreendendo que a digitalização não é sinônimo de difusão, em algumas instituições é utilizada exclusivamente como forma de preservação do suporte do objeto. Apenas 40% dos museus disponibilizam o acervo para o público, sendo que a disponibilização na

internet é ainda mais baixa: 14% publicam nas plataformas ou redes sociais e 10% em websites próprios.

Esses números correspondem a uma realidade mais complexa dentro das instituições museais, uma vez que a digitalização está associada a outros aspectos como: infraestrutura, recursos humanos, apropriação das TIC e documentação dos acervos. Esse último fator é determinante para que os museus consigam difundir informações sobre suas coleções.

De acordo com a pesquisa realizada em 2011, pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), havia na época mais de 3.000 museus no Brasil. Desse universo, apenas 43% das instituições informaram ter algum tipo de instrumento para a documentação dos acervos museológicos e somente 24% dessas dispõem de mecanismos informatizados para a catalogação. Presume-se que menos da metade dos museus tinham o registro do seu acervo. Já na TIC Cultura 2018, o percentual do uso de software para catalogação aumentou para 34%. Não existem, portanto, rotinas padronizadas e as poucas iniciativas são isoladas e, em alguns casos, descontinuadas por falta de investimentos e defasagem tecnológica, atenuada pela carência de profissionais qualificados na área de TI e de documentação museológica.

Vale ressaltar que na documentação museológica há um conjunto de procedimentos técnicos que demanda trabalho minucioso dos profissionais que atuam na área, considerando ainda que ela é uma atividade contínua. E devido a isso é comum que os resultados não sejam imediatos o que pode vir a torná-la sem tanta visibilidade no museu quando comparada às demais ações museológicas.

A documentação exerce - ou deveria exercer - nos museus um papel primordial. Em alguns países, sua importância vem sendo gradativamente reconhecida, na medida em que o corpo prático-teórico da Museologia se torna menos empírico e os museus passam a atuar mais como instituições sociais, criadas para prestar serviços a uma comunidade que, por sua vez, deve legitimá-las. (FERREZ, 1991, p. 1).

Essa realidade é agravada pela carência ou baixa qualificação de profissionais e em alguns casos não há a possibilidade de dedicação somente a essa atividade, podendo ter como consequência falhas nos sistemas de numeração do acervo, pouca informação sobre os objetos, falta de sistematização nas informações, divergências de dados, o que vem a gerar retrabalho contínuo.

Por outro lado, a procura atual dos museus para a publicação dos acervos poderá dar mais visibilidade à atividade da documentação museológica e aumentar o interesse de profissionais nessa área, ampliando o “leque de ações” desse profissional ao reinventar-se para as novas demandas impulsionadas pela presença dos acervos no ambiente digital. Essa transformação que está ocorrendo

nos museus implicará na formação dos profissionais que atuam na área da documentação de acervos, compreendendo que essa nova realidade exige novos conhecimentos e novos especialistas.

### **A ferramenta Tainacan e a implantação nos museus**

No âmbito do Programa Acervo em Rede, em 2016, o Ibram vislumbrou a oportunidade de integrar-se à parceria realizada entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal de Goiás (UFG) no desenvolvimento do sistema livre Tainacan. Cabe ressaltar, entretanto, que a configuração deste projeto no Ibram se deu com a criação, dentro da CGSIM, da Coordenação de Arquitetura da Informação Museal, absorvendo a necessidade da construção de uma política de acervos digitais.

A ferramenta Tainacan é uma plataforma online para a criação de repositórios digitais e difusão dos acervos culturais, desenvolvida em WordPress como uma solução tecnológica livre (*open source*), que permite a gestão e a publicação de coleções digitais com a mesma facilidade de se publicar posts em blogs, mantendo os requisitos necessários a uma plataforma profissional para repositórios.

O Tainacan é desenvolvido com base no software livre WordPress, um dos mais populares sistemas para desenvolvimento de soluções para a Internet. Incorpora, dessa maneira, várias facilidades e funcionalidades técnicas que o tornam compatível com as últimas tendências das tecnologias da web.[...] O Tainacan tem por objetivo de possibilitar a criação um repositório de fácil utilização, configuração e implementação, se tornando uma alternativa livre e eficiente para instituições culturais que tenham por objetivo implementar repositórios temáticos e institucionais. (MARTINS et al., 2017)

Por ser facilmente customizável e com diversos recursos, o *software* Tainacan pode ser utilizado tanto para acervos bibliográficos, como arquivísticos e museológicos, apresentando uma interface para uso interno da instituição e para o usuário externo uma interface de busca facetada. Essas características contribuíram para o uso da ferramenta, uma vez que os museus podem abrigar os três tipos de acervos, realidade presente na maioria dos museus do Ibram. Outro aspecto a destacar é a facilidade que um usuário sem formação específica em TI tem de modelar seu repositório ao criar coleções, metadados, taxonomias, editar itens em lote e em sequência, além de importar e exportar dados.

A solução tecnológica oferecida aos museus é no modelo de *software* como serviço, o SaaS (*Software as a Service*), sem instalação no computador. A partir do acesso web, o usuário do museu se conecta à ferramenta, cuja aplicação e dados ficam hospedados nos servidores do Ibram.

A implantação do projeto Tainacan, nos museus Ibram, teve início em 2017, após um ano de extensa pesquisa para a customização da ferramenta, que incluiu uma série de discussões técnicas e testes, a partir do projeto piloto que envolveu o Museu Histórico Nacional (MHN). Além da sua importância histórica para a Museologia, o MHN trouxe um desafio importante ao projeto, visto que o seu acervo é composto por um universo de objetos que põem à prova a versatilidade da ferramenta. Apresenta-se, em um único museu, uma diversidade de coleções que exige ora um tratamento individualizado no que diz respeito às especificidades de informação, ora a integração desses dados.

Essa experiência permitiu que se verificasse na prática como o Tainacan responderia às especificidades de um museu do Ibram, além de iniciar uma metodologia de trabalho que foi replicada ao Museu da República e ao Museu Villa-Lobos.

Em paralelo, a equipe da UFG elaborou um documento que avalia o nível de maturidade tecnológica das instituições<sup>3</sup> e juntamente à equipe do Ibram definiu critérios para a ordem de implantação do Tainacan nos museus, com a seguinte metodologia de trabalho.

1. **Análise** – levantamento das características técnicas do acervo.
2. **Coleta** – É feita a coleta dos dados de interesse para migração.
3. **Tratamento** – normalização, correção de problemas sintáticos, criação de taxonomias, padronização ao INBCM, etc.
4. **Migração** – Após o tratamento, os dados são migrados para a base de dados no Tainacan.
5. **Validação** – é analisada pelos técnicos do museu as melhorias realizadas e se a modelagem de dados apresentada no Tainacan representa da melhor forma a sua base anterior.
6. **Publicação** – São definidos os itens que serão publicados e os metadados que ficarão privados, seleção de filtros etc. É montada a página de apresentação do acervo.
7. **Formação** – São formados os técnicos do museu para apropriação da ferramenta Tainacan. Essa plataforma foi modelada também para o uso interno.

A documentação encontrada nos museus e o número de itens que compõe o acervo podem ser observados na tabela abaixo.

**Tabela 1** – Documentação dos museus

MUSEU	UF	Nº ITENS	BASE DE DADOS
Museu Histórico Nacional	RJ	174.722	SERET; Excel
Museu da República	RJ	9.748	BDR

<sup>3</sup> Produto F - Mapeamento do nível de maturidade tecnológica dos museus do Ibram.

Museu Villa-Lobos	RJ	2.473	Villa-Info; Excel
Museu de Arqueologia de Itaipu	RJ	1.614	Excel
Museu do Diamante	MG	1.677	Ficha Iphan (formato doc)
Museu do Ouro	MG	667	Ficha Iphan (formato doc)
Museu Regional Casa do Ottoni	MG	500	Ficha Iphan (formato doc)
Museu Regional São João del Rei	MG	593	Ficha Iphan (formato doc)
Museu das Missões	RS	184	Donato (fichas pdf); Word
Museu Victor Meirelles	SC	237	Excel; Word
Museu Solar Monjardim	ES	2.718	Word
Museu Casa de Benjamin Constant	RJ	984	Access
Museu das Bandeiras	GO	401	Excel
Museu de Arte Sacra da Boa Morte	GO	1.100	Excel
Museu Casa da Princesa	GO	956	Excel
Museu da Inconfidência	MG	4.622	SCAM
Museu Lasar Segall	SP	3.150	Aristóteles
Museu da Abolição	PE	270	Access
Museu Casa da Hera	RJ	1.227	Word; Excel
Museu Casa Histórica de Alcântara	MA	2.077	Access
Museu de Arte Religiosa e Tradicional	RJ	236	Word; Excel
Museu Forte Defensor Perpétuo	RJ	489	-----

Fonte: Instituto Brasileiro de Museus

Esse processo de implantação é realizado por meio de reuniões presenciais<sup>4</sup> e virtuais entre os técnicos da Coordenação de Arquitetura da Informação Museal – CAInf/CGSIM, da Universidade Federal de Goiás – UFG e de cada museu. A primeira reunião é presencial com a visita técnica ao museu e, em sequência, são realizadas reuniões semanais via plataformas de comunicação *on-line*. Esse trabalho envolve uma série de atividades e ações para o tratamento das informações do acervo museológico e em alguns museus é incluído também o acervo arquivístico.

A continuidade da implantação se deu pelo interesse dos museus de participarem do Projeto. O uso da ferramenta é por adesão e não por obrigatoriedade. No ano de 2018, inicia-se as ações com os museus mineiros: Museu do Diamante, Museu Regional Casa dos Ottoni, Museu Regional São João

<sup>4</sup> Devido à pandemia causada pela Covid-19, as visitas estão suspensas e essa ação vem ocorrendo remotamente.

del Rei e Museu do Ouro; e museus da região Sul: Museu das Missões e Museu Victor Meirelles. Em 2019: Museu Casa de Benjamin Constant, Museu Solar Monjardim, Museu Regional de Caeté, Museu da Inconfidência, Museu das Bandeiras, Museu Casa da Princesa, Museu Arte Sacra da Boa Morte, Museu da Abolição, Museu Lasar Segall, Museu Casa da Hera, Museu Casa Histórica de Alcântara. As atividades presenciais foram suspensas em 2020 devido à pandemia causada pela Covid-19. Contudo, de modo remoto, iniciamos as ações com o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio e o acervo foi disponibilizado em dezembro de 2020.

O trabalho identificou questões que são comuns nos museus brasileiros e que dificultam a difusão dos acervos nas instituições museais. Destacam-se alguns pontos que são recorrentes:

- Carência de profissionais qualificados para atuarem na documentação museológica.
- Falhas na documentação: sistema de numeração com erros e duplicidade, coleções sem registro, falta de informação sobre aquisição, gerando incerteza se objeto é propriedade do museu, entre outras.
- Pouca informação sobre os itens. Alguns museus possuem apenas uma lista com o mínimo de dados.
- Divergência de informações. Em alguns casos, os técnicos utilizam mais de uma fonte para pesquisar sobre o acervo, havendo dados diferentes sobre o mesmo item o que provoca insegurança sobre as informações.
- Baixa qualidade das imagens. Situação presente em quase todos os museus. Os registros feitos, em sua maioria, têm a finalidade de uso interno para a identificação do objeto, sendo realizada pelos próprios profissionais sem equipamentos adequados.

## **O Impacto da Difusão**

No projeto, a difusão propiciou uma mudança de paradigma nos museus: difundir para qualificar a informação. Houve experiências que possibilitaram ao museu reestruturar a sua documentação museológica, como a correção do sistema de numeração, redefinição de metadados e vocabulário controlado, além de novos arranjos para as coleções do acervo. Isso foi possível porque durante o processo de trabalho foi explicitamente identificado os problemas na documentação que impossibilitariam a continuidade das atividades. Isso evidencia a importância desse Projeto para os museus.

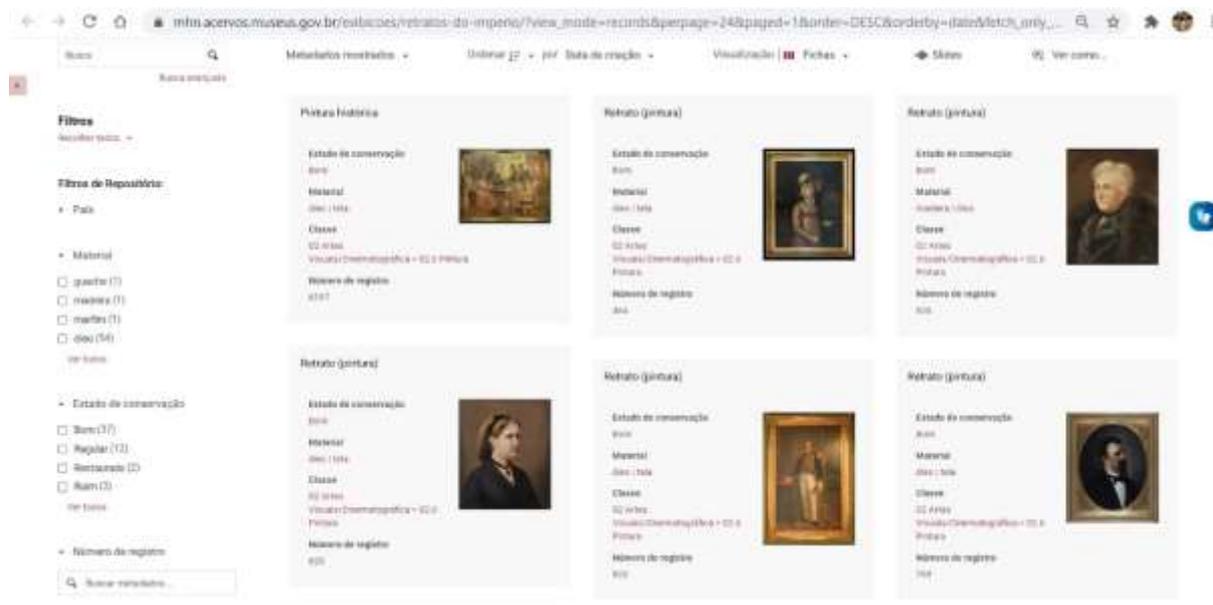
Cabe ressaltar que cada museu apresenta um modo singular nas práticas da documentação museológica, reflexo da própria cultura institucional e da sua estrutura organizacional que interferem

diretamente nessa atividade. Alguns museus, por exemplo, envolveram, nesse Projeto, além do setor responsável pela documentação, outras áreas que atuam diretamente com o acervo.

A mudança de paradigma acontece quando o museu compreende que a documentação museológica é uma ação contínua, inacabada, portanto, não existe a catalogação perfeita para a publicação. Esse enfrentamento é necessário para que os museus utilizem a difusão não somente para divulgação do acervo mas também como um meio de qualificar a sua informação. Uma vez na internet, as informações sobre os objetos estão passíveis de serem analisadas e, conseqüentemente, abertas a contribuições do pesquisador naquilo que se apresenta incompleto ou com alguma inconsistência.

No Ibram, essa mudança se inicia em 2018 com a publicação *on-line* da coleção de pintura do acervo museológico do Museu Histórico Nacional na plataforma Tainacan (Figuras 5 e 6). Neste ano de 2020 foram ainda lançadas a coleção Panair do Brasil e de moedas de ouro. Com total de aproximadamente 2.000 itens publicados.

Figura 5 - Coleção de Pinturas – MHN



Fonte: <http://mhn.acervos.museus.gov.br/>

**Figura 6** - Ficha do objeto – MHN



**Miraflores**  
Pintura histórica

**Compartilhar**  
Facebook, Twitter, WhatsApp

**Número de registro:**  
407

**Denominação:**  
Pintura histórica

**Resumo descritivo:**  
Um grande navio, com três mastros e velas, navegando no mar ao pôr do sol. Outros navios menores são visíveis no horizonte. A obra é uma reprodução de uma pintura histórica.

**Título:**  
Navio a três masts navegando no mar

**Autor:**  
Edouard Du Ry

**Técnica:**  
Óleo sobre tela

**Material:**  
Óleo, tela

**Forma de aquisição:**  
Doação

**Fuente de aquisição:**  
Museu Nacional

**Referência de aquisição:**  
Processo 14/1937

**Local de produção:**  
Paris

**Termos de indexação:**  
Banco de dados / Registro / Descrição / Reprodução / Imagem / Imagem histórica

**Altura (cm):**  
111,00

**Largura (cm):**  
184,00

**Comprimento (cm):**  
0,00

**Peso (g):**  
0,00

**Condições de reprodução:**  
Óleo sobre tela, 141 x 184 cm, 1937, Museu Nacional de História e Arqueologia

**Exposição:**  
História - 14/1937

Fonte: <http://mhn.acervos.museus.gov.br/>

Até o momento são 16 museus com acervos publicados, dos 22 que participam do projeto. Em alguns casos, como o Museu Villa-Lobos e o Museu Histórico Nacional, a publicação é feita por etapas, a partir do tratamento das informações de cada coleção.

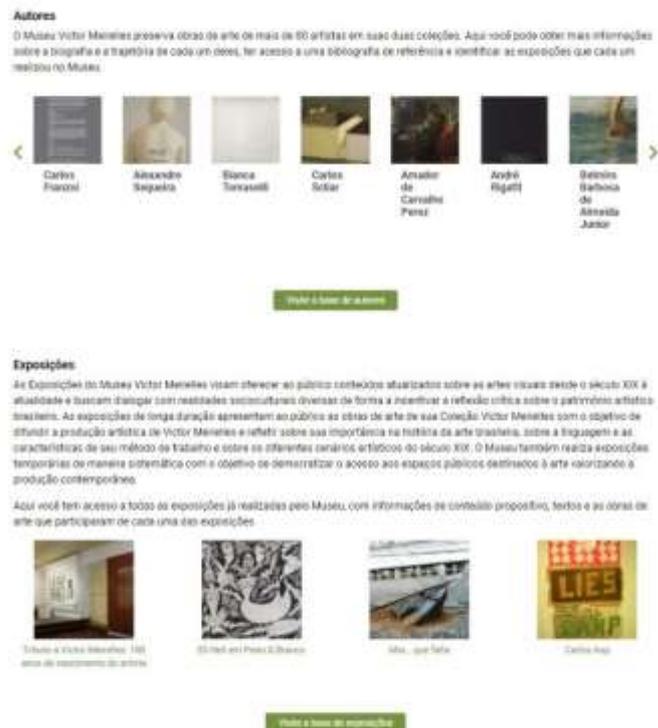
Embora a obrigatoriedade do uso do INBCM como padrão para a inventariação do acervo, não há uma igualdade do nível de informação da documentação museológica entre os museus do Ibram, o que gera uma diferença no resultado apresentado para o público e que impacta, inclusive, no uso das funcionalidades, pois quanto mais informações, mais recursos podem ser usados. Como pode ser vista, por exemplo, na instalação do Museu Victor Meirelles, que apresenta informações sobre os objetos do acervo, os autores e as exposições temporárias (Figuras 7 e 8).

Figura 7 - Apresentação do Acervo Museológico - Museu Victor Meirelles



Fonte: <http://museuvictormeirelles.acervos.museus.gov.br/>

Figura 8 - Apresentação do das coleções Autores e Exposições - Museu Victor Meirelles



Fonte: <http://museuvictormeirelles.acervos.museus.gov.br/>

Outras possibilidades para a difusão do acervo é a utilização do Tainacan para criação de exposições digitais, como foi realizado no Museu do Diamante e no Museu Casa Histórica de Alcântara (Figura 9).

Figura 9 - Exposição Temporária – Museu Casa Histórica de Alcântara

Exposição de longa duração

## Exposição de longa duração



Os móveis e utensílios que compõem o acervo do Museu, retratam aspectos sociais e culturais ligados ao trabalho e à vida doméstica, refletindo o cotidiano de algumas famílias alcantarenses entre os séculos XIX e XX.

A atual exposição de longa duração do Museu aborda as atividades comerciais que funcionaram no prédio, informações sobre os últimos proprietários e aspectos históricos levantados a partir de móveis e objetos que integram o acervo. Enquanto no pavimento inferior pode-se conhecer a casa das atividades comerciais, no pavimento superior estão contextualizados a casa da família Guimarães, sala dos utensílios domésticos e de uso pessoal, vitrines femininas, sala dos móveis de quarto e sala dos móveis de crianças e bebês.

Sala do Comércio
Passagens
Sala dos utensílios domésticos e de uso pessoal
Escadaria externa

Sala dos móveis de quarto
Sala dos móveis de crianças e bebês
Quarto

← →

### Sala do Comércio

A parte inferior deste espaço, segundo o modo brasileiro do século XIX, era dedicada ao comércio. Aqui funcionavam um armazém onde se comercializava um pouco de tudo, de tecido a cereais, uma botica e um banco. A botica foi instalada entre 1880 e 1890 e tinha como principal função manipular e vender remédios e essências. Os medicamentos eram preparados pela boticaria/farmacêutica João Vitor de Mattos e pelo pai-filho da última família que residiu no casarão Antônio Guimarães. Eles usavam folhas com suas medulas e produtos químicos do Brasil e importados da Europa - França, Alemanha, Espanha. A farmácia fechou em 1947, ano em que o seu proprietário - Antônio Guimarães faleceu.

O espaço também abrigou uma injetora de látex, na medida em que o senhor Antônio Guimarães foi engenheiro-máquina de Borracha. Além das atividades econômicas desenvolvidas no interior do casarão, destaca-se que a família Guimarães também possuiu algumas fazendas de cacá na área rural de Alcântara.

---

### Escadaria

Os painéis de **azulejo** ao longo da escadaria são obra de construção original da casa. Foram adquiridos pela última família de proprietários, que os encomendou de a beneficiário do imóvel. São peças de azulejo europeia feitas à mão.



“...constituiu-se numa variedade de azulejos portugueses de final do século XVIII, bastante abundantes em Portugal e no Brasil como revestimento externo” (IMHM, ficha 885-886).

Biblioteca do Museu Casa Histórica de Alcântara, Museu Casa Histórica de Alcântara, Museu Casa Histórica de Alcântara

Fonte: <http://museucasahistoricadealcantara.acervos.museus.gov.br/exposicao-de-longa-duracao/>

## Os resultados e os desafios pós-implantação

Superados os desafios de catalogação e difusão, após 2 anos da primeira coleção publicada, o Projeto está consolidado dentro do Ibram. Contudo, novos desafios surgem com as novas etapas que abrangem a integração dos acervos, manutenção e o suporte técnico, o monitoramento para gestão e de acesso e, claro, a sustentabilidade.

Os resultados do trabalho inicial para busca integrada, por meio de um agregador, possibilitaram a análise das informações agrupadas dos acervos de todos os museus do Ibram que estão no Tainacan. Permitindo, portanto, a identificação de inconsistências e erros de preenchimentos das informações dos objetos que não ficam evidentes quando visto isoladamente. E, ainda de modo incipiente, gerimos as informações por metadados do INBCM. Como pode ser visto na imagem abaixo (Figura 10).

**Figura 10** - Painel os dados integrados dos acervos Museus Ibram - Estado de Conservação



Fonte: Instituto Brasileiro de Museus

Outro aspecto importante é o monitoramento dos acessos aos acervos publicados no Tainacan, possibilitando às instituições criar ações que incentivem o público presencial e aos novos usuários a visitar o espaço digital do museu. No gráfico abaixo é possível observar o crescimento de acessos durante a pandemia, período analisado é entre julho de 2019 e julho de 2020.

**Gráfico 1 - Monitoramento de acessos**



Fonte: Instituto Brasileiro de Museus

Atualmente os números do Projeto Tainacan no âmbito do Ibram são:

- 24 museus participantes.
- 20 museus com acervos disponibilizados.
- Mais de 200.000 itens catalogados.
- Mais de 16.000 disponibilizados para consulta.

Temos hoje como um dos maiores desafios a sustentabilidade da ferramenta. Como podemos garantir a continuidade da solução frente aos avanços da tecnologia e a instabilidade de interesses da gestão pública? A criação de uma rede de museus usuários apresenta-se, nesse contexto, como a principal resposta a essa questão. Com essa rede, há um compartilhamento de interesses e soluções, com o envolvimento de diversos profissionais desde analistas em tecnologia da informação até museólogos e especialistas em coleções.

Assim, um dos fatores que garantiriam o futuro da ferramenta, a exemplo de outras experiências digitais, seria o número de usuários. Quanto mais instituições internas e externas fazem uso do sistema, mais ele se fortalece enquanto ferramenta e mais força tem a rede de usuários.

Outro fator fortalecedor é a própria difusão das informações para a sociedade criando um caminho sem volta no que se refere ao acesso à informação, uma vez que se estabelece um serviço ao usuário que também se torna parte dessa rede com demandas específicas, gerando novos desafios às instituições de memória responsáveis pela salvaguarda da informação.

No contexto da rede, diversos são os arranjos possíveis entre seus usuários, refletindo a diversidade de seus acervos. Nesse sentido podem ser estabelecidas redes específicas como redes de

museus de arte contemporânea, de museus de ciências naturais, de imagem e som, etnográficos entre outros. Todos integrados, apesar de suas singularidades, num só universo.

Esse é o espírito que dá nome à solução tecnológica, tal como a Deusa Tupi, tecendo constelações de memória em cultura. Que ela seja não só uma força integradora de acervos mas também de resistência da política, dos museus e do Ibram.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm). Acesso em: 15 Jul. 2020.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009*. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências. Diário Oficial União, Brasília, DF, 21 jan. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>. Acesso em: 15 Jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 203, p. 1-5, 18 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Bases para a Política Nacional de Museus*. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus: memória e cidadania. Brasília, DF, 2003.

COLLECTIONS TRUST. *Spectrum 5.0*. Disponível em: <https://collectionstrust.org.uk/spectrum/spectrum-5/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. *Spectrum 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido Collections Trust*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. (Gestão e documentação de acervos: textos de referência; v.2).

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO. CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS.

*What is LIDO – lightweight information describing objects*. Disponível em:

<http://cidoc.mini.icom.museum/working-groups/lido/what-is-lido/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. *CIDOC CRM: Conceptual Reference Model*. Disponível em: <http://www.cidoc-crm.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. *Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos*: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC). Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). *Manual de normas: documentando acervos africanos*. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Portugal: 2009.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. *Anais do Fórum Nordestino de Museus*, 4. IBPC / Fundação Joaquim Nabuco, Recife: 1991. Disponível em:

<http://pt.scribd.com/doc/38689114/Documentacao-Museologica-Helena-Dodd-Ferrez>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Resolução Normativa nº 1, de 31 de julho de 2014. Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 146, p.19, 01 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário

Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 167, p.14-15, 01 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Museus em Números* / Instituto Brasileiro de Museus Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 720 p.; 29,7 cm; vol. 2.

\_\_\_\_\_. *Plano nacional setorial de museus: 2010/2020*. Brasília, DF, 2010.

J. PAUL GETTY TRUST. *Categories for the description of works of art (CDWA)*: describe and catalogue works of art architecture, and cultural heritage. Disponível em: [https://www.getty.edu/research/publications/electronic\\_publications/cdwa/](https://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/cdwa/). Acesso em: 11 set. 2020.

MARTINS, D. L., Silva, M. F., Santarém Segundo, J. E., & Siqueira, J. (2017). Repositório digital com o *software* livre Tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista *Filme Cultura*. *Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Marília, SP, Brasil.

OLIVEIRA, J. C. A. O Museu e a sua arquitetura no mundo globalizado: entre informação e virtualidade. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 1, p. 165-183, 2012.

SAYÃO, L. F. Digitalização de acervos culturais: reuso, curadoria e preservação. In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 2016. *Anais [...]*. 2016. p. 47-61.

TIC cultura 2018. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros*. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.